

XXII Reunião Anual da ANPOCS

Caxambu - MG, 27 a 31 de outubro de 1998

**Mesa-Redonda 07:
"Movimentos indígenas, estruturas estatais e
organismos transnacionais"**

MOVIMENTOS INDÍGENAS NO BRASIL A SITUAÇÃO ATUAL DOS ESTUDOS

Peter Schröder (UFC)

Resumo:

Os movimentos indígenas representam um dos aspectos mais fascinantes do quadro atual das populações indígenas no Brasil. No entanto, eles foram pouco estudados até agora, e os trabalhos ainda são muito incoerentes. Há poucos estudos detalhados de exemplos locais e regionais que permitiriam iniciar pesquisas mais amplas de caráter comparativo. Seu surgimento e crescimento, na maioria dos casos, são explicados ou por fatores muito concretos, como a questão da terra, ou por evocar causas difusas, como a "ameaça à identidade étnica". Faltam abordagens multicausais que levam em consideração uma gama ampla de fatores causadores, intensificadores, estabilizadores e inibitórios. Este *paper* é uma sinopse e revisão crítica dos estudos já realizados, com sugestões para pesquisas futuras.

0. Introdução

Os movimentos políticos e as novas organizações representam um dos fenômenos mais fascinantes do quadro atual dos povos indígenas no Brasil. Trata-se de um fenômeno que teve seus inícios tímidos nos anos 70 e que causou surpresa a muitos observadores brasileiros e estrangeiros, acostumados, desde várias décadas, a um determinado pessimismo sobre o futuro desses povos. (Aliás, um pessimismo que foi justificado pelas constantes violações dos direitos humanos e territoriais e pelos etnocídios e até genocídios. Um dos primeiros autores que começaram a apresentar um quadro menos pessimista, a partir do final dos anos 80, foi Mércio Gomes (1988; veja também Schröder 1990).)

O surgimento de novas formas de resistência indígena foi alguma coisa inesperada, e quase ninguém podia prever que elas se formariam e se desenvolveriam com tanta velocidade, como se tem observado durante os últimos vinte anos. O fenômeno ainda espanta, até os especialistas com formação antropológica, como pode ser registrado em face do atual *boom* de fundações de organizações.

Os movimentos indígenas têm implicações de grande alcance tanto para as sociedades indígenas quanto para a política indigenista. Elas representam uma das mudanças mais profundas na cultura política das sociedades indígenas desde vários séculos. Os índios surgiram como atores políticos da sociedade brasileira. Agora seus assuntos são articulados por eles mesmos e não mais exclusivamente por um órgão governamental, chamado indigenista ou "tutelar", ou por outros intermediários não-indígenas. As organizações indígenas representam e desencadeiam mudanças profundas na organização social dos povos indígenas, como elas possibilitam, por exemplo, a ascensão de pessoas antes marginalizadas na vida política e social. Estas mudanças ainda não podem ser previstas em sua totalidade. Finalmente, os movimentos indígenas têm causado uma mudança radical do imaginário dos índios, tanto aquele existente entre os não-indígenas quanto aquele criado e manipulado pelos próprios índios (Brown 1995; Conklin & Graham 1995). Seu imaginário não se destaca mais por aquela antiga dicotomia, dominante até o final dos anos 80, de ou representar um obstáculo ao progresso nacional ou ser vítimas meio passivas dos assaltos capitalistas pós-coloniais, cada uma destas imagens dependendo das posições políticas e sociais de seus propagandistas. As representações dos índios tornaram-se mais diversificadas e é muito mais influenciadas por eles mesmos.)

Estudar esse novo quadro da realidade indígena representa um grande desafio para a antropologia, com implicações pragmáticas além dos limites da "comunidade científica". Com este *paper*, pretendo apresentar uma pequena sinopse do que já se sabe e o que não se sabe dos movimentos indígenas, falando dos estudos que foram realizados e sugerindo alguns caminhos para pesquisas futuras. Também pretendo apresentar minha tese de doutorado sobre o surgimento dos movimentos indígenas, que ficou pouco conhecida no Brasil (Schröder 1993). No entanto, não é minha intenção oferecer respostas prontas para questões complexas,

mas, antes de mais nada, apresentar o "state of the art" das pesquisas. Por isso, críticas e sugestões estão muito bem-vindas.

1. Uma tese solitária

Quando decidi a estudar as novas formas de resistência indígena no Brasil, em 1988, eu não tinha idéia nenhuma das dimensões dos problemas implicados pelo tema. Tinha terminado minha tese de mestrado, que foi sobre os impactos sócio-culturais do Programa Grande Carajás para os povos indígenas da região (Schröder 1989), e estava à procura de um novo tema interessante que permitiria não perder o fôlego durante alguns anos de doutorado, que seria importante não só para o meio acadêmico e que daria, assim, novos estímulos para meu trabalho com grupos e organizações de direitos humanos. Como ficou evidente, depois de uma pesquisa bibliográfica, que a literatura científica sobre os movimentos indígenas no Brasil era bastante limitada, decidi estudar o tema por uma abordagem etnográfica, examinando o caso de um povo indígena que já conhecia por minha pesquisa anterior, os Guajajara do Maranhão, para depois comparar meus dados com as informações disponíveis sobre outros casos. Os Guajajara se destacam por uma história muito interessante de contatos prolongados com os brancos, sendo essa marcada tanto por aproximações como por recusas totais, por subjugações, revoltas e grandes tragédias. E muitos Guajajara têm participado ativamente nos movimentos políticos indígenas. Comparei o caso dos Guajajara com as informações disponíveis de outros povos, de outras regiões e dos acontecimentos ao nível nacional, como os exemplos da UNI (União das Nações Indígenas), da COIAB (Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira) e das ações dos Kayapó e Xavante.

A proposta da tese foi aceita com facilidade pelo Departamento de Etnologia da Universidade de Bonn. No entanto, conseguir apoio financeiro de uma instituição patrocinadora, especialmente para realizar a parte empírica da pesquisa, foi e ainda é muito difícil na Alemanha. Finalmente, a Fundação Heinrich Böll, dos Verdes, concedeu uma bolsa de doutorado¹. A pesquisa de campo foi realizada em 1990/91, nas áreas Cana Brava e Lagoa Comprida dos Guajajara, na região entre Barra do Corda e Grajaú, no centro do Maranhão. Pesquisas bibliográficas e entrevistas em São Paulo e São Luís precederam a pesquisa de campo. Estas

¹ Uma particularidade do sistema político da Alemanha são as fundações partidárias que, entre outras coisas, promovem pesquisas e concedem bolsas a estudantes. Atualmente, há cinco fundações dos partidos representados no parlamento nacional (*Bundestag*), sendo a Heinrich-Böll-Stiftung a mais recente. As fundações financiam seu trabalho tanto por doações quanto por recursos originários do orçamento federal, sendo o tamanho destes últimos determinado pela representação porcentual dos partidos no parlamento nacional. Pelas leis em vigor, os estudantes, cientistas e artistas patrocinados por essas fundações não têm obrigação nenhuma para participar no trabalho dos partidos. Só se espera uma identificação com as idéias políticas fundamentais representadas pelos partidos. Os Verdes (DIE GRÜNEN) não correspondem ao Partido Verde (PV) do Brasil. É interessante que minha bolsa de doutorado tenha sido a primeira que foi aprovada para um alemão (antes, a fundação já tinha concedido bolsas para estudantes estrangeiros). Este interesse da Fundação Heinrich Böll pelo tema da pesquisa se explica pelas relações que ela mantém com ONGs no Brasil, por exemplo, com a Fundação Gaia.

atividades foram realizadas em cooperação com o Departamento de Antropologia da USP, com Lux Vidal como coorientadora. A tese foi terminada em 1992 e publicada em 1993, por uma pequena editora especializada em teses antropológicas.

Não causa surpresa que a tese ficou pouco conhecida no Brasil. A Universidade de Bonn, que é muito conservadora, não permitiu sua publicação em inglês ou português, e minhas viagens para o Brasil, naquela época, foram curtas e esporádicas, impedindo fazer alguma propaganda sistemática. Além disso, a falta de tempo impediu traduzir a tese. Contratar um tradutor teria sido um esforço financeiro grande demais para uma publicação de circulação tão restrita.

Na Alemanha, porém, a tese não ficou despercebida. Pelo contrário, observei que ela foi e ainda é muito consultada não só por estudantes para seus trabalhos, mas também por ONGs ambientalistas, de direitos humanos e de apoio a minorias étnicas. A maior surpresa para mim foi que ela é consultada por instituições e órgãos empenhados na política de desenvolvimento da Alemanha, por exemplo, pela GTZ (*Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*), uma empresa incumbida com a realização de projetos financiados pelo Ministério de Cooperação Econômica e Desenvolvimento (BMZE; *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*), no âmbito do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7).

Nestes últimos anos aconteceram coisas que não podiam ser nem consideradas nem previstas, quando publiquei a tese. Por isso, ela merece algumas atualizações, mas em suas linhas gerais ela ainda parece ser útil.

2. Poucos estudos: porquê?

(Vários anos depois de terminar a tese,) ainda não consegui descobrir outra tese anterior sobre o mesmo tema, mas talvez ela exista e não fosse publicada. (Uma dissertação de mestrado em antropologia, da Universidade de Marburg, Alemanha (Kowalski 1994), que estuda o papel da etnicidade no surgimento dos movimentos indígenas no Brasil, não tem nenhuma base empírica por parte do autor e é uma revisão da literatura até 1991/92 acessível na Alemanha.)

Muitas vezes me perguntava, porque os colegas brasileiros não começaram mais cedo a estudar os movimentos indígenas, tanto mais que o interesse pelo tema é muito maior no Brasil do que na Alemanha. Uma consulta da lista do material produzido sobre os índios no Brasil para o período de 1991 a 1995, publicada em Ricardo (ed., 1996: 817-855), revela números significativos. Dos 1429 títulos, 1029 podem ser considerados teses e publicações científicas e de divulgação. Destes 1029 títulos, só 11 são sobre os movimentos indígenas, isto é, pouco mais de 1%. Vale a pena comparar estes números com o *boom* de publicações sobre o Movimento dos Sem-Terra. Em comparação com o MST, os movimentos indígenas, à primeira vista, parecem estar quase esquecidos pelos meios acadêmicos. Isto é uma contradição

evidente da imagem predominante da antropologia brasileira em outros países, como uma disciplina sem medo de assuntos políticos.

Até agora, não consegui descobrir nenhuma resposta muito satisfatória para essa situação e só me resta fazer especulações. É muito mais fácil escrever sobre os motivos, porque alguns pesquisadores estudaram determinado tema, do que porque não o fizeram.

Uma explicação dessa situação podia ser que os movimentos indígenas têm sido um fenômeno recente e que não se sabia se seriam alguma coisa efêmera ou se conseguiriam se estabelecer. Isto, pelo menos, podia ser uma explicação para o período até os meados dos anos 80, mas não vale mais para os anos 90.

Motivos éticos podiam ser outra explicação. Estudar sem idealização todos os detalhes dos movimentos, inclusive suas contradições e fricções internas, como exigem as normas informais das ciências sociais, e depois publicar os resultados, podia fornecer os grupos anti-indígenas de informações estratégicas que podiam ser usadas contra os interesses indígenas. Neste sentido, os pesquisadores podiam se encontrar em situações de espionagem meio involuntária. Esses escrúpulos eventuais deviam ser tomados a sério, levando em consideração tanto a política indigenista muitas vezes anti-indígena quanto o famoso código de ética da *American Anthropological Association*, que não só vale para os colegas americanos. A realidade política, no entanto, nos mostrou que os grupos anti-indígenas não se aproveitaram tanto das informações sobre os movimentos indígenas quanto eles teriam podido. Estas informações sobre as contradições e as disputas internas, na verdade, não representaram segredo nenhum e foram reveladas, antes de mais nada, tanto pelos informes e periódicos dos intermediários não-indígenas quanto pelos próprios índios. Além disso, entre os "espiões" potenciais, os chefes de posto e administradores regionais da FUNAI podiam desempenhar muito melhor esse papel, por sua presença mais contínua em determinadas áreas e regiões, do que os antropólogos.

Voltando à lista de materiais sobre os índios, publicada no volume do ISA, surge outra explicação potencial: preferências temáticas. É fácil perceber que os temas preferidos na etnologia indígena atualmente são religião, ritual, mitologia, cosmologia, xamanismo, arte, sistemas simbólicos, identidade étnica e outros que são considerados temas "macios" no âmbito das ciências sociais, porque se prestam muita mais às abordagens hermenêuticas e fenomenológicas do que outros temas que possibilitam mais abordagens "positivistas". Essa tendência não é de maneira nenhuma típica para a antropologia brasileira, mas também pode ser observada em outros países, como na Grã-Bretanha.

Além dessas preferências, também é necessário considerar outra tendência geral da antropologia brasileira: o número dos colegas que estudam as sociedades indígenas está diminuindo. Esta observação também vale para a antropologia rural. Como a sociedade brasileira está se tornando cada vez mais urbana, está acontecendo um processo paralelo nas ciências sociais. Motivar estudantes para estudar sociedades indígenas ou rurais é cada vez mais difícil. A atração do meio urbano como representação do "futuro" imaginário é muito maior, enquanto

para os pesquisadores da realidade indígena são as culturas menos influenciadas pela cultura global que ainda atraem o maior interesse.

Assim, nossas explicações especulativas, porque os movimentos indígenas do Brasil foram pouco estudados até agora, deviam ser multicausais, levando em consideração fatores cognitivos, motivos éticos, interesses heurísticos e preferências temáticas. Mas essa situação brasileira não devia ser considerada típica para a América Latina. As mudanças na organização política dos povos indígenas das Américas, que começaram a se manifestar com maior nitidez a partir do final dos anos 60, foram muito mais estudadas em outros países latinoamericanos, como no México, no Peru, no Ecuador, na Colômbia e na Venezuela, iniciando uma grande série de publicações que nos podem ajudar a analisar melhor vários fenômenos ainda não compreendidos dos movimentos indígenas.

3. O que se sabe e o que não se sabe

As organizações indígenas têm como modelo básico as ONG's não-indígenas do tipo associativo, adaptando-as à realidade indígena. Elas são formalizadas e quase todas têm diretorias eleitas e estatutos registrados, muitas até contas bancárias próprias. Em alguns casos, a nova política indígena se manifesta menos formalizada, como demonstraram os Kaiapó (Fisher 1994). E ainda há alguns movimentos temporários que fazem lembrar as antigas alianças guerreiras, para conquistar objetivos políticos. As organizações indígenas foram fundadas para lidar com o mundo institucional, público e particular, da sociedades nacional e internacional e de apresentar reivindicações territoriais, assistenciais e econômicas, e não com objetivos revivalistas. Elas representam movimentos oposicionistas com base étnica contra as realidades da política indigenista.

3.1. História

Novas formas de resistência indígena começaram surgir durante a ditadura militar, coincidindo com a fase da abertura do regime. O início foi uma série de, assim chamadas, Assembléias de Lideranças Indígenas, de 1974 a 1979, incentivadas e organizadas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI). Ao mesmo tempo, um grupo de estudantes indígenas de Brasília e de outras cidades desenvolveu atividades independentes dos missionários para formar uma organização que devia representar, de uma forma genérica, os interesses dos povos indígenas. Em 1979 foi fundada a UNI, como a primeira organização indígena do país, sem base profunda nas comunidades locais. Até seu final em 1992, sua representação era principalmente simbólica, porque seus representantes nunca conseguiram conquistar uma ampla base de apoio nas aldeias. Sua trajetória, porém, é muito ilustrativa, como ela mostra as dificuldades

dos indígenas de criar formas estáveis e permanentes de representação política no âmbito da sociedade nacional. Apesar de ser contestada por muitas lideranças tradicionais, a UNI podia apresentar alguns sucessos por ter o apoio de várias organizações não-governamentais. Sua história merece uma monografia especial.

Mais de 90% das atuais organizações indígenas foram fundadas após a promulgação da Constituição Federal em 1988, que reconhece as organizações indígenas como legítimas representações judiciais e extrajudiciais (artigo 232). Poucas organizações são regionais, sendo a maioria de caráter local, e até agora não foi institucionalizada nenhuma organização ao nível nacional. Depois da extinção da UNI foi fundado, em 1992, o Conselho de Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil (CAPOIB), como nova tentativa de representação nacional. O trabalho do CAPOIB, que mantém conexões íntimas com o CIMI, ainda é muito irregular e incoerente.

As atividades das organizações indígenas tiveram suas maiores repercussões nacionais e internacionais durante vários eventos: no processo de elaboração da Constituição Federal (1987-1988), no encontro de Altamira, no Pará, para protestar contra a construção das hidrelétricas no Rio Xingu (1989), na UNCED II (1992) no Rio de Janeiro ("Eco 92"), nas comemorações dos 500 anos da chegada dos primeiros europeus na América (1992), na tramitação do Estatuto das Sociedades Indígenas no Congresso Nacional (1992-1994), nas ações antes do término do prazo para a demarcação de todas as terras indígenas, estipulado na Constituição Federal (1993), no processo de revisão da Constituição (1993-1994) e nas ações contra o duvidoso e polêmico Decreto N.º 1.775 que visava à revisão das demarcações realizadas até 1996 (1996-1997).

A história das organizações indígenas não pode ser entendida sem considerar suas relações com os grupos e organizações de apoio e as percepções dos índios brasileiros que estas e as sociedades nacional e internacional tiveram e ainda têm. Neste contexto, algumas personalidades indígenas, como Raoni, Mário Juruna, Ailton Krenak, Paulinho Paiakã ou Davi Kopenawa Yanomami, tiveram um papel muito importante na mobilização da opinião pública. Também é importante considerar o papel de alguns povos, como os Kayapó e os Xavante, que conseguiram estabelecer "lobbies" em Brasília e marcar a imagem da indianidade fora dos meios indigenistas.

3.2. Números

É muito difícil avaliar os números atuais das organizações. Até 1987, antes do começo do *boom*, foram fundadas 11. Em 1991, o antigo CEDI publicou a primeira lista das organizações registradas em cartório (Ricardo 1991: 71-72). O total de 48 registros significou um crescimento de 336% durante os quatro anos de 1987 a 1991. Destas 48 organizações, 32 (= 66,6%) foram da Amazônia e delas 23 (= 48%) do Estado do Amazonas, especialmente da

região do Alto Rio Negro. A região com o menor número de organizações foi o Nordeste. Naquela época, o número total de 48 já foi considerada baixa demais por alguns especialistas.

Uma segunda lista, publicada pelo ISA em 1996 (Ricardo 1996: 92-94), apresenta um quadro de 109 organizações. Ainda que a lista seja incompleta, esse número significa que o crescimento relativo (127%) diminuiu durante o período de 1991 a 1996, em comparação com o período anterior, mas continuou a ser muito alto, especialmente quando se leva em consideração os números absolutos. A grande maioria das organizações (cerca de 75%) continuou a ser da Amazônia Legal (especialmente dos estados do Amazonas, Acre e Mato Grosso). O Amazonas ainda foi o estado com o maior número de organizações (pelo menos 50, isto é, cerca de 42%), tendo os outros estados números muito mais baixos.

Para 1998, o número total das organizações é avaliado em mais de 170 (Bruce Albert, comunicação pessoal). Segundo estas informações, atualmente existem 33 em Roraima e 31 em Mato Grosso, o que altera um pouco o quadro anterior. Mas, levando em consideração que existem pelo menos 206 povos indígenas no território nacional, seria errado pensar que se está chegando a uma equação do tipo "uma organização por povo". Vários grupos locais do mesmo povo podem fundar organizações diferentes e até concorrentes. Assim, os Guajajara há pouco fundaram sua segunda organização e no caso dos Xavante até existem dez organizações locais. O *boom* não parou, agora muito aquecido pelos numerosos projetos locais, e o quadro se tornará ainda mais complicado.

3.3. Tipos e níveis de organização

Há vários níveis e tipos de organização, mas a maioria das organizações são locais ou interlocais de caráter étnico, muitas vezes só representando uma ou poucas comunidades, mas nenhum povo inteiro. Existem poucas organizações regionais, de caráter étnico, como a Associação dos Povos Timbira (APT), ou de caráter multiétnico, como o Conselho Indígena de Roraima (CIR), a Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), a União dos Povos Indígenas do Acre (UNI-AC) ou a Organização dos Povos Indígenas do Médio Purus (OPIMP). Um caso especial de organização regional é a COIAB, fundada em 1989 como organização de cúpula de outras organizações e tentando abranger toda a Amazônia Brasileira.

Também há organizações étnicas e multiétnicas cuja base é a profissão dos membros, como a Organização dos Professores de Roraima (OPIR), a Organização Geral dos Monitores de Saúde Ticuna (OGMST) ou a Organização dos Professores Indígenas Sateré-Mawé (OPISM). Outro critério de participação pode ser o sexo, como nos casos da Associação das Mulheres Indígenas de Taracá, Rios Uaupés e Tiquié (AMITRUT), da Associação das Mulheres Indígenas do Distrito de Iauaretê (AMIDI) ou da Associação das Mulheres Indígenas Sateré-Mawé (AMISM).

Deste modo, as organizações indígenas podem ser classificadas como locais, interlocais, regionais, nacionais (por enquanto, como tentativa), supra-organizadoras (COIAB), étnicas, multiétnicas, profissionais e por sexo, cada uma combinando pelo menos duas destas características. Uma representação gráfica de todos os tipos de organizações, usando estas características, só pode ser feita por uma figura multidimensional.

Até agora, não existe nenhuma tipologia dos movimentos ou das organizações indígenas no Brasil. Consultar a literatura sobre outros países latinoamericanos ajuda pouco, porque as tentativas são raras e representam a situação dos anos 80. Münzel (1984: 75-78), por exemplo, tentou enquadrar os movimentos indígenas da América Latina num contínuo pouco explicitado de graus de tradicionalismo, enquanto Smith (1984, 1985) opera com três tipos derivados da situação dos países andinos (por exemplo, "federações étnicas" e "movimentos indianistas"). Uma tipologia futura não só devia lançar mão das características supracitadas, mas também integrar critérios como a estrutura das organizações, objetivos, composição social dos participantes, temas dos discursos e pretensões de representatividade.

3.4. Novos atores políticos e representatividade

Este último critério, a representatividade, é uma questão muito séria que precisa ser avaliada separadamente em cada caso, porque nenhuma organização representa perfeitamente nem todos os membros das sociedades respetivas nem todas as suas comunidades locais (como sugerem algumas representações indígenas e de intermediários não-indígenas). Enquanto as estruturas oficiais são hierarquizadas (com diretoria, coordenadoras, assembléias gerais e comissões especiais, entre outras coisas) e a representação política funciona por delegação, assim correspondendo aos padrões ocidentais, as relações internas e o funcionamento das organizações, na verdade, podem ser completamente diferente, seguindo padrões étnicos e "tradicionais", por exemplo na escolha dos representantes ou no estilo de organizar as reuniões.

Os protagonistas dos movimentos e das organizações muitas vezes não são idênticos com as lideranças tradicionais, mas formam um novo grupo de atores políticos. Uma análise de várias biografias destes atores (Schröder 1993: 174-183) revelou alguns padrões comuns. Em geral, eles passaram vários anos fora das áreas indígenas, para a formação escolar e profissional ou por outros motivos, muitas vezes atraídos por promessas do órgão indigenista ou de missionários. Assim, adquiriram conhecimentos da sociedade envolvente que lhes são úteis para servir de intermediários entre esta e a sociedade indígena. As discriminações sofridas e, por conseguinte, a falta de chances para ascender profissional e socialmente, isto é, o fracasso do modelo integracionista da política indigenista, são motivos para a volta às origens étnicas. Empenhar-se pela causa indígena e assumir funções nas novas organizações até pode oferecer

uma forma de recompensa social. As experiências fora das áreas indígenas ajudaram a criar visões supra-comunitárias e interétnicas, características dos novos discursos indígenas.

As relações dos novos atores com as lideranças tradicionais e seus seguidores locais apresentam uma gama ampla de opções, de pactos políticos e apoio mútuo até animosidades e a concorrência pelo poder local. Divergências podem surgir por vários motivos:

- pelas novas organizações, são criadas instituições não integradas e legitimadas pela organização tradicional;
- as novas funções facilitam diferenciações sociais e a institucionalização do poder;
- os novos atores geralmente não adquirem suas funções pelas regras e estratégias tradicionais que implicam uma presença contínua nas comunidades locais;
- os regulamentos internos das novas organizações dispensam seus protagonistas das obrigações tradicionais de generosidade e redistribuição;
- as decisões não são mais tomadas por consenso, mas por votação majoritária.

A legitimidade da representação é um dos problemas fundamentais para os novos atores. As principais bases de sua legitimidade são os conhecimentos sobre a sociedade nacional e internacional e suas instituições e os contatos com organizações de apoio. Às vezes, estes contatos representam a base mais importante para garantir a aceitação dos novos atores pelas comunidades locais, mas também criam novas dependências das organizações de apoio. Infelizmente, até havia alguns casos (raros) de organizações fictícias, sem base nenhuma em qualquer comunidade local, que só existiam para arrecadar recursos financeiros de doadores estrangeiros e internacionais.

A maioria dos conhecimentos que agora temos sobre os movimentos indígenas, e mais especificamente sobre as organizações indígenas, vêm de poucos casos estudados: os Kayapó (entre outros: Bastos 1996, Fisher 1994, Turner 1991a, 1991b, 1993), os Xavante (entre outros: Juruna et al. 1982, Maybury-Lewis 1983), os Ticuna, os povos indígenas do Alto Rio Negro e o caso especial da UNI (entre outros: Birraux-Ziegler 1986, Cardoso de Oliveira 1981, 1990). Nossa visão dos movimentos indígenas foi muito influenciada por estes exemplos, mas quase nenhum destes casos foi estudado em todos os detalhes, de modo que quase não há nenhuma monografia etnográfica da formação de um movimento indígena no Brasil. As informações sobre a UNI ou a nova política dos Kayapó, por exemplo, estão espalhadas em vários trabalhos pequenos que infelizmente não aprofundam muitos dos problemas indicados neste *paper*. Graças ao trabalho de Terence Turner e de alguns outros autores, como William Fisher e Darrell Posey, a situação dos Kayapó é uma das melhor estudadas. Mas vamos ver, como surgiu uma organização no caso dos Guajajara.

4. Um caso especial: os Guajajara

Os Guajajara são um dos maiores povos indígenas do Brasil. Falantes de uma língua tupi-guarani, os aproximadamente 11.400 Guajajara habitam onze áreas no centro do Maranhão, na região das florestas amazônicas e pré-amazônicas do Meio Norte. Todas estas áreas foram homologadas e registradas, o que implica uma situação excepcionalmente positiva do ponto de vista jurídico. Mas esta situação era bastante diferente nos anos 70 e 80, e ainda há contradições evidentes entre os resultados das demarcações e a segurança verdadeira dos limites das áreas.

A cultura dos Guajajara manifesta características típicas de culturas indígenas das florestas amazônicas, mas, por causa de processos aculturativos no decorrer de 380 anos, atualmente ela é pouco "visível", isto é, os Guajajara adaptaram-se à sociedade envolvente por abandonar a maior parte de sua cultura materializada e muitas partes da religião étnica, mas conseguiram conservar sua organização social e política em suas estruturas fundamentais². Isto não quer dizer que o sistema político não sofreu mudanças decorrentes dos contatos prolongados com os brancos. As mudanças ocorreram, principalmente durante os últimos 150 anos, porque os representantes das políticas indigenistas imperial e republicano sempre tentavam intervir na organização política das aldeias, por exemplo, por nomear os *capitães* (caciques) por critérios de lealdade com o governo ou o órgão indigenista, não levando em consideração ou até ignorando propositadamente os mecanismos locais para adquirir tal função. A base principal de poder deste tipo de liderança têm sido os contatos com o órgão indigenista, e menos as redes de parentesco e outros critérios tradicionais. Quando os órgãos indigenistas, tanto o SPI quanto a FUNAI, entraram em crises fundamentais, não podendo mais realizar suas metas assistencialistas, a base de poder de muitas lideranças ficou corroída. Isto abriu espaço para novos atores políticos e para uma nova atuação política.

Um movimento político dos Guajajara só surgiu durante os anos 80, enquanto os anos 70 e 80 eram marcados por violentos conflitos de terra, relatados quase diariamente nos jornais regionais e nacionais daquela época. O palco principal dos conflitos foi a área Cana Brava, onde se tinham instalado um povoamento ilegal (São Pedro dos Cacetes) e um projeto de colonização dos Capuchinhos (Alto Alegre). O povoado foi fundado em 1952/53 e o projeto dos padres foi uma tentativa de reiniciar, a partir de 1960, o primeiro projeto (1897-1901) que terminou na revolta indígena de 1901 e na expulsão completa dos religiosos. Depois de diversos confrontos e muitas negociações, os Guajajara de Cana Brava e a FUNAI conseguiram a saída final dos Capuchinhos em 1983, mas a resistência dos moradores de São Pedro dos Cacetes ainda cresceu, particularmente por causa das relações clientelistas com políticos locais e estaduais. Cana Brava tornou-se um centro de convergência da resistência Guajajara contra as ameaças a suas terras³.

² Para uma visão geral e resumida da cultura Guajajara veja Schröder (1993, 1998 [2000]), com mais indicações bibliográficas. Para a história dos Tenetehara (Guajajara e Tembê) até os anos 70 veja Gomes (1977).

³ Para a história do conflito de Cana Brava veja Schröder (1991, 1992, 1993, 1994, 1996a).

As novas formas de resistência indígena que surgiram em outras partes do país, não ficaram desconhecidas aos Guajajara. Um centro importante de encontros dos ativistas políticos no início dos anos 80 foi a Casa do Índio da FUNAI no centro histórico de São Luís. Ela não só serviu de lugar de reuniões, mas também de base de operação para várias manifestações para conseguir, por parte do órgão indigenista, uma melhor assistência na capital e nas aldeias. Um auge das atividades foi uma ocupação da sede da FUNAI por 16 dias em maio de 1984. Os participantes alcançaram seu objetivo principal: um Guajajara assumiu a chefia da administração. Deste modo, muitos Guajajara esperaram melhorar o desempenho do órgão e ter acesso mais direto aos recursos destinados às comunidades locais. Assim, os Guajajara não tentaram conseguir mudanças na política indigenista por uma oposição radical, mas por reformulá-la a sua maneira usando as estruturas do órgão indigenista e aproveitando-se da crise da FUNAI para os próprios fins. Isto representou uma abordagem diferente de outros movimentos indígenas.

Essas atividades coincidiram com o "Programa de Apoio às Comunidades Indígenas" no âmbito do Programa Grande Carajás (1982-87), que foi criado para reduzir temporariamente os impactos de Grande Carajás para os povos indígenas da região e para minimizar as críticas nacionais e internacionais contra a política dos grandes projetos. Os recursos liberados para o "Programa de Apoio" imediatamente se tornaram o alvo de interesses concorrentes de grupos e indivíduos indígenas e não-indígenas. O fracasso do programa ficou evidente quando muito dinheiro desapareceu em canais obscuros da FUNAI e as metas não foram alcançadas. Depois de pouco tempo, muitos Guajajara perceberam que se tinha optado por uma estratégia política que não estava dando certo, porque a administração em São Luís não só teve compromissos com as comunidades locais, mas também com outros níveis da FUNAI, e que os recursos do "Programa de Apoio" foram usados parcialmente para continuar a velha política clientelista entre o órgão indigenista e "líderes cooperativos". O sistema de "troca de favores" foi continuado, apenas com novos beneficiados por causa das relações de parentesco estrategicamente usados pelos dois lados.

A primeira "Assembléia da Nação Guajajara", na A.I. Bacurizinho, em outubro de 1986, que teve o apoio do CIMI-MA, foi marcada pelas decepções dos anos passados. Novas visões alternativas para a política indígena ainda não foram debatidas, menos a afiliação à UNI. Na verdade, afiliaram-se várias comunidades de algumas áreas, mas não "os Guajajara". O estímulo gerado pela assembléia foi tão pequeno que o segundo encontro, em janeiro de 1987 na A.I. Rio Pindaré, foi esquecido por muitos Guajajara, e depois esta iniciativa de assembléias morreu. Seguiu uma série de pequenas manifestações e ocupações de administrações regionais da FUNAI. A política étnica dos Guajajara durante os anos 80 era marcada por muitas ações incoerentes, como se eles estivessem numa fase de "try and error" sem rumo. Faltaram verdadeiras alternativas dos velhos padrões clientelistas. No entanto, estas dificuldades no contexto regional não significaram que os Guajajara não mostraram nenhuma presença em

outras arenas. Em muitas atividades indígenas ao nível nacional, havia pelo menos uma presença simbólica dos Guajajara por enviar emissários.

A idéia de fundar uma organização surgiu com os problemas crescentes em Cana Brava, tendo sido estes problemas de caráter jurídico, político e econômico. A partir de 1985, políticos locais e estaduais tentaram legalizar o povoado ilegal de São Pedro dos Cacetes por criar um novo município deste nome e integrá-lo no texto da nova Constituição Maranhense, em vigor desde 1989. Com o apoio da FUNAI, os Guajajara de Cana Brava conseguiram promover uma ação judicial da Procuradoria Geral da República contra o Governo do Maranhão, em fevereiro de 1990, que terminou numa decisão em favor dos indígenas em março de 1991, proibindo a criação de qualquer município em terras indígenas.

A representação formal dos Guajajara neste litígio foi a Associação Comunitária Guajajara (ACG), fundada em janeiro de 1990 em Barra do Corda como primeira organização deste povo indígena. Ela é do tipo étnico-local, visando a representar um dia todas as comunidades Guajajara da região entre Barra do Corda e Grajaú (A.I.s Cana Brava, Lagoa Comprida, Rodeador, Geralda/ Toco Preto e Urucu-Juruá). Ela tem as estruturas convencionais de uma associação não-indígena. No início, sua base principal foram as aldeias nas zonas septentrionais de Cana Brava. Seus protagonistas são as lideranças das aldeias, professores e monitores de saúde indígenas. Seus discursos são políticos, econômicos e às vezes culturais, mas ainda não integraram os ecologismos típicos de outros movimentos indígenas. A ACG ainda não entrou no cenário dos projetos dependentes de ONGs internacionais, mas ela recebeu, imediatamente depois da fundação, apoio material da ELETRONORTE que mantém projetos comunitários nas áreas indígenas como forma de indenização pela construção de linhas de transmissão. A ELETRONORTE estava à procura de alguma representação local que mereceu alguma confiança, para evitar a FUNAI como intermediária dos recursos. Atividades missionárias não influenciaram de maneira nenhuma a fundação da ACG, que foi sugerida por um pequeno grupo de indigenistas dissidentes da política governamental.

A ACG destacou-se nas negociações demoradas e complicadas para a retirada de São Pedro dos Cacetes (1990-1995) que finalmente tiveram sucesso, depois de uma série de confrontos cada vez mais violentos entre índios e brancos. A ACG representa aquela facção dos Guajajara que está em favor de soluções pacíficas e negociadas para conflitos de terra. A retirada de São Pedro dos Cacetes foi um grande sucesso que deixou a A.I. Cana Brava na situação extraordinária de uma terra indígena que não sofreu nenhuma redução territorial apesar de ter sido um dos conflitos mais complicados em terras indígenas das últimas décadas.

Depois deste exemplo, podemos ver quais são as explicações ofertas na literatura para a formação de movimentos indígenas como aquele dos Guajajara.

5. Como explicar a formação dos movimentos? Opiniões divergentes

Uma revisão das teorias ofertadas na literatura pode nos ajudar a compreender melhor o problema. Vale a pena consultar a literatura sobre os movimentos tanto no Brasil quanto em outros países latinoamericanos. Infelizmente, não há muitas teorias, e as poucas que existem ou não são adequadas para explicar a situação brasileira ou ainda são pouco elaboradas ou estão marcadas por defeitos inerentes.

Os exemplares mais insuficientes são as explicações monocausais, exemplificadas por dois estudos sobre os movimentos políticos dos povos indígenas da Costa Atlântica da Nicarágua: Jenkins (1986) e Vilas (1987). Mas na maioria da literatura que pode ser consultada, os autores citam vários fatores. Alguns autores realçam um fator considerado de importância especial por eles. Assim, Bonfil Batalla (1978: 214-215) aventou a hipótese que o apoio dado às organizações indígenas pelo Governo Federal tenha sido um fator importante para sua formação. Esta hipótese pode ser verdade no caso do México, mas combina mal com a situação brasileira. Smith (1984: 9-10) vê a causa principal do surgimento das "federações étnicas" na ameaça às terras indígenas por atividades governamentais ou particulares. Ricardo (1991b: 70; 1996b: 90), por sua vez, destaca o papel dos intermediários não-indígenas, especialmente para as representações indígenas supralocais, propondo uma sociologia que estuda estes intermediários. Alguns autores aproximam-se das explicações monocausais, quando eles concluem que a conservação das culturas indígenas e de identidades culturais distintas eram as determinantes que funcionavam como propulsores dos movimentos indígenas (Bonfil Batalla 1985: 132; Rediske & Schneider 1982: 14-15).

Entre os autores consultados, Bonfil Batalla oferece os trabalhos mais interessantes, porque ele desenvolveu um modelo multicausal (1979, 1981). Infelizmente, poucos autores deixaram-se estimular pelas hipóteses de Bonfil Batalla, para ver se o modelo proposto funciona ou se ele precisa ser modificado. Alguns dos fatores citados por este autor merecem ser mais elaborados ou melhor explicitados para teorizações, por exemplo, um fator chamado "permanência da situação colonial" (1978: 211-212). Infelizmente, Bonfil Batalla já morreu.

O problema com quase todos esses trabalhos é que não se distingue entre as qualidades dos fatores alegados e que poucas vezes se tenta avaliar sua importância individual. É possível, por exemplo, distinguir entre pelo menos quatro funções de fatores: causadora (ou provocadora), intensificadora, estabilizadora e inibitória (Rudolph & Tschohl 1977). Pode-se tentar verificar quais são os fatores dominantes e quais não são. Além disso, podem ser examinadas constâncias e variações no desempenho e nos efeitos de fatores, o que introduz um aspecto dinâmico nestes tipos de modelos, por exemplo, por comparar várias fases na formação e estabilização de um movimento indígena. Também não devia ser esquecido que os fatores identificados não existem isolados um do outro, mas podem se influenciar mutuamente (Schröder 1993: 7-22). Tudo isto foi feito na tese de 1992. Um exame dos fatores responsáveis pela formação relativamente atrasada dos movimentos indígenas no Brasil, em comparação com outros países latinoamericanos, é um trabalho importante, até agora abordado por

quase nenhum autor (veja Münzel 1978: 193 e Schröder 1993: 232-249 como as primeiras tentativas).

6. A alternativa: uma abordagem multicausal diferenciada

Explicar a formação dos movimentos indígenas, devia ser abordado por um modelo multicausal e dinâmico que integra as diferentes qualidades, importâncias e variações dos fatores. Uma análise deste tipo pode ser realizada por combinar abordagens qualitativas e quantitativas. Num primeiro passo, analisa-se a literatura e as notas de pesquisa de campo para obter uma lista de fatores potenciais (assuntos mencionados no contexto dos movimentos indígenas; Schröder 1993: 12-15). Depois pode-se aplicar um método sociológico convencional: uma análise de contingências, isto é, uma forma especial da análise de conteúdo, contando as frequências de assuntos mencionados junto com outros assuntos (aqui: os assuntos mencionados nos textos sobre os movimentos indígenas; *ibid.*: 101-107). O resultado pode ser uma avaliação quantitativa provisória dos fatores. Num terceiro passo, estes resultados têm que ser avaliados por métodos qualitativos, por exemplo, a crítica de fontes (*ibid.*: 109-249).

Os fatores causadores (ou provocadores) mais importantes para a formação dos movimentos indígenas no Brasil foram (1) a política indigenista oficial e inoficial, (2) o surgimento de novos atores políticos indígenas, (3) a conjuntura política nacional e (4) a atuação de intermediários não-indígenas. Entre estes fatores, a política indigenista e o surgimento de novos atores políticos mostraram-se os mais importantes, sendo um relacionado com o outro. Apesar das tentativas frustradas dos Governos Federais e de seus representantes na FUNAI de perseguir e impedir os movimentos indígenas, esta mesma política indigenista é a responsável principal por sua formação, e justamente por causa de suas contradições inerentes. Os descasos da política indigenista provocaram diretamente as reivindicações e ações indígenas em favor de uma melhor assistência e também a procura de alternativas fora do âmbito indigenista. Ao mesmo tempo, a política indigenista é responsável pelo surgimento dos novos atores políticos, porque ela permitiu a aquisição de conhecimentos mais abrangentes sobre a sociedade envolvente por aqueles indígenas escolhidos para a formação escolar, profissional e até universitária. Os indígenas formados deviam ser um tipo de "promotores culturais" do projeto assimilacionista do Governo. Só que estes planos não deram certo: muitos "promotores" tornaram-se os protagonistas de novas políticas indígenas.

A representação destes novos atores políticos na literatura científica e não-científica é problemática. Em geral, construiu-se uma dicotomia antagonista: por um lado, os representantes da nova política indígena, pelo outro lado, os líderes chamados tradicionais. Os dois papéis seriam pouco compatíveis e a base potencial de numerosos atritos e contestações de poder que, na melhor das hipóteses, só podem ser intermediados por atores não-indígenas. Esse modelo dicotômico ignora aquelas situações quando os representantes das organizações indígenas

desempenham, ao mesmo tempo, o papel de lideranças locais por usar todo o repertório culturalmente estabelecido para conquistar o poder e ficar com ele. Nestes casos, o limite entre liderança "tradicional" e "moderna" é pouco nítido. Situações deste tipo foram estudados por Albert (1993), para os Yanomami, e Schröder (1993: 174-183, 209-221), para os Guajajara. Não devia ser esquecido que fica cada vez mais difícil definir o que é "tradicional" nos sistemas políticos indígenas, depois de séculos de impactos coloniais diretos e indiretos (Brown 1993).

Outro problema de representação é o papel dos intermediários não-indígenas. Depois da leitura de muitos textos podem surgir dúvidas quem são os protagonistas e os propagandistas dos movimentos: os indígenas ou seus aliados não-indígenas? Estas dúvidas surgem particularmente depois de analisar o papel de missionários em alguns casos. Foi o CIMI, por exemplo, que fundou determinada organização política ou é que ela é resultado das atividades indígenas? É evidente que as respostas possam ter consequências políticas, por exemplo, por declarar uma organização um mero instrumento da atuação missionária. A avaliação do papel dos intermediários não-indígenas tem que ser feita com cuidado especial. Por enquanto, ainda é muito difícil generalizar. O caso da UNI, por exemplo, nos mostrou que o papel dos intermediários foi muito mais importante na fase da estabilização (frustrada) da organização do que para sua fundação. No caso dos Guajajara, o resultado é parecido (Schröder 1993: 193-209). O trabalho interessante de Neumann (1994; veja também Schröder 1996) mostra, como a famosa Federación Shuar, do Ecuador, a primeira organização indígena nas terras baixas da América do Sul, fundada em 1968, surgiu por sugestões e iniciativas missionárias, mas também podia ter sido fundada alguns anos mais tarde sem influência nenhuma por parte de missionários. Este exemplo merece mais atenção dos pesquisadores brasileiros (veja, por exemplo, Salazar 1981 e Serrano 1990).

É ainda mais problemático avaliar o papel da identidade étnica: ela é causadora dos movimentos indígenas, por ser ameaçada? Neumann (1994) concluiu que há muita mistificação do conceito e propôs não lançar mão dele para explicar a formação de movimentos indígenas. De fato, usar a identidade étnica como conceito explicativo neste contexto implica pelo menos dois problemas fundamentais. Primeiro, pressupõe-se implicitamente que existia alguma coisa chamada identidade étnica antes das incursões das sociedades nacional e internacional nos territórios indígenas, para essa identidade poder ser questionada ou ameaçada pelos desenvolvimentos decorrentes delas. Pelo contrário, a identidade étnica, como alguma forma de identidade supralocal, no caso da maioria dos povos indígenas nas terras baixas da América do Sul, é um produto das situações criadas pelo confronto com a sociedade envolvente. O segundo problema é que os motivos das ações indígenas no âmbito de seus movimentos são muita mais concretas do que se as representados por um conceito tão abstrato como a identidade étnica, que, aliás, muitos antropólogos têm dificuldades de definir. A identidade étnica é mais um meio dos movimentos indígenas do que sua causa. Ela é usada pelos atores políticos como um contorno, uma parêntese dos movimentos para evocar alguma coletividade e estabelecer novos limites supralocais e até supraregionais. Desse modo, a identidade étnica até pode

ser o produto dos movimentos indígenas. O caso da Federación Shuar é um exemplo deste processo. A identidade étnica de um grupo devia ser considerada antes um fator potencialmente intensificador ou estabilizador de um movimento indígena do que sua causa.

Outros fatores intensificadores e/ou estabilizadores importantes identificados pelo estudo da tese são (1) o apoio de intermediários não-indígenas, que se torna tanto mais importante quanto mais alto o nível de organização indígena, (2) a cooperação entre os novos atores políticos e as lideranças locais tradicionais, e (3) a auto-dinâmica dos movimentos indígenas, sendo um dos melhores exemplos deste último o surgimento de uma organização de cúpula como a COIAB.

Foram identificados como os fatores mais importantes que podem inibir ou atrasar a formação de um movimento indígena: (1) antagonismos e conflitos interpessoais, interlocais e interétnicos, (2) a falta de formação de um novo grupo de atores políticos, (3) a falta de apoio por intermediários não-indígenas e (4) as distâncias espaciais interlocais e interregionais. Este último fator parece ser tão evidente que quase não se fale dele na literatura, mas os problemas implicados por ele, como os problemas de comunicação interlocal, regional e interregional, merecem uma análise especial para cada caso estudado (veja por exemplo Schröder 1993: 240-244). A dispersão dos povos indígenas por um território enorme contribuiu a sua sobrevivência física e cultural, mas hoje em dia implica problemas consideráveis para sua organização política.

Esta sinopse e revisão crítica dos estudos realizados sobre os movimentos indígenas no Brasil nos mostrou que há muito mais trabalho para frente do que para trás. Rever e analisar os estudos existentes, geralmente dá menos trabalho do que ter acesso a eles. Os estudos futuros deviam ser realizados por abordagens multicausais, que representam melhor as complexidades implicadas pelo tema. Faltam muitos tipos de estudos: "etnografias" de movimentos, organizações e eventos de destaque, análises aprofundadas dos novos discursos indígenas, estudos sociais dos intermediários não-indígenas e biografias de protagonistas indígenas (no entanto, sem escrever hagiografias, como aconteceu nos casos de Chico Mendes ou José Lutzenberger, no meio ambientalista). Estas são algumas sugestões que só representam uma parte dos temas fascinantes que podem ser estudados. O estudo antropológico dos movimentos indígenas ainda está em sua fase inicial, quase embrionária, tanto no Brasil quanto em outros países. Vale a pena começar de verdade.

Bibliografia

ALBERT, Bruce

- 1993 "L'Or cannibale et la chute du ciel. Une critique chamanique de l'économie politique de la nature (Yanomami, Brésil)." In: L'HOMME, 126-128 (numéro spéciale: "La remontée de l'Amazone. Anthropologie et histoire des sociétés amazoniennes"), 349-378.

BASTOS, Rafael José de Menezes

- 1996 "Musicalidade e ambientalismo na redescoberta do Eldorado e do Caraíba: uma antropologia do encontro Raoni-Sting." In: *Revista de Antropologia*, 39 (1), 145-189.

BIRRAUX-ZIEGLER, Pierrette

- 1986 "Indianer Brasiliens – Von lokalen Kämpfen um das Land bis zur Gründung einer nationalen Union (1974-1984)." In GERBER, Peter R. (Hrsg.): *Vom Recht Indianer zu sein – Menschenrechte und Landrechte der Indianer beider Amerika*, 193-206. (Ethnologische Schriften Zürich (ESZ), 4) Zürich: Völkerkunde-Museum der Universität Zürich.

BONFIL BATALLA, Guillermo

- 1978 "Las nuevas organizaciones indígenas (hipótesis para la formulación de un modelo analítico)." In: *Journal de la Société des Américanistes*, 65, 209-219.
- 1979 "El pensamiento político de los Indios en América Latina." In: *Anuário Antropológico*, 79, 11-54.
- 1981 (ed.) *Utopía y revolución: El pensamiento político contemporáneo de los indios en América Latina*. México: Nueva Imagen.
- 1985 "Los pueblo indios, sus culturas y las políticas culturales." In: *Anuario Indigenista*, 45, 129-158.

BROWN, Michael F.

- 1993 "Facing the State, Facing the World: Amazonia's Native Leaders and the New Politics of Identity." In: L'HOMME, 126-128 (numéro spéciale: "La remontée de l'Amazone. Anthropologie et histoire des sociétés amazoniennes"), 307-326.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto

- 1981 "Movimientos indígenas e indigenismo en Brasil." In: *América Indígena*, 41 (3), 399-405.
- 1990 "La politización de la identidad y el movimiento indígena." In ALCINA FRANCH, José de (org.): *Indianismo e Indigenismo en América*, 145-161. (Alianza Universidad, Ciencias Sociales, 628) Madrid: Alianza Editorial.

CONKLIN, Beth A. & GRAHAM, Laura R.

- 1995 "The Shifting Middle Ground: Amazonian Indians and Eco-Politics." In: *American Anthropologist*, 97 (4), 695-710.

FISHER, William H.

- 1994 "Megadevelopment, Environmentalism, and Resistance: The Institutional Context of Kayapó Indigenous Politics in Central Brazil." In: *Human Organization*, 53 (3), 220-232.

GOMES, Mércio Pereira

- 1977 *The Ethnic Survival of the Tenetehara Indians of Maranhão, Brazil*. (tese de doutorado em antropologia) Gainesville: University of Florida; Ann Arbor: University Microfilms.
- 1988 *Os índios e o Brasil: ensaio sobre um holocausto e sobre uma nova possibilidade de convivência*. Petrópolis: Vozes.

JENKINS, Jorge

- 1986 *El desafío indígena en Nicaragua. El caso de los Miskitos*. México: Katún.

JURUNA, Mário; HOHLFELDT, Antônio; HOFFMANN, Assis

- 1982 *O gravador do Juruna*. (Depoimentos, 2) Porto Alegre: Mercado Aberto.

KOWALSKI, Andreas

- 1994 *Indianische Organisationen in Brasilien und Ethnizität*. (Dissertação de mestrado em antropologia) Marburg: Philipps-Universität Marburg.

MAYBURY-LEWIS, David

- 1983 "Brazilian Indians Find Their Voice." In: *Cultural Survival Quarterly*, 7 (1), 56-57.

MÜNDEL, Mark

- 1978 "Europäisierung gegen Europa: Das Paradox des indianischen Widerstands." In MÜNDEL, Mark (Hrsg.): *Die indianische Verweigerung – Lateinamerikas Ureinwohner zwischen Ausrottung und Selbstbestimmung*, 180-196. (rororo aktuell) Reinbek bei Hamburg: Rowohlt.
- 1984 "Neue Formen der Opposition bei Indianern." In GINSBURG, Theo & OSTHEIDER, Monika (Hrsg.): *Lateinamerika vor der Entscheidung – Ein Kontinent sucht seinen Weg*, 67-84. Frankfurt am Main: Fischer.

NEUMANN, Stefan

- 1994 *"Sólo unidos somos fuertes": Entstehung und Festigung ethnisch-politischer Organisationen im Tiefland von Ecuador am Beispiel der "Federación de Centros Shuar"*. (Mundus Ethnologie, 80) Bonn: Holos.

REDISKE, Michael & SCHNEIDER, Robin

- 1982 "Nationale Revolution und indianische Identität: Der Konflikt zwischen sandinistischer Regierung und Miskito-Indianern 1979-1982." In OHLAND, Klaudine & SCHNEIDER, Robin (Hrsg.): *Nationale Revolution und indianische Identität: Der Konflikt zwischen Sandinisten und Miskito-Indianern an Nicaraguas Atlantikküste. Dokumente und Interviews*, 11-26. Wuppertal: Edition Nahua.

RICARDO, Carlos Alberto

- 1991a (org.) *Povos Indígenas no Brasil 1987/88/89/90*. (Aconteceu Especial, 18) São Paulo: Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI).
- 1991b "Quem fala em nome dos índios?" In RICARDO (org.): 69-70.
- 1996a (org.) *Povos Indígenas no Brasil 1991-1995*. São Paulo: Instituto Socioambiental (ISA).
- 1996b "Quem fala em nome dos índios? (II)" In RICARDO (ed.): 90-92.

RUDOLPH, Wolfgang & TSCHOHL, Peter

- 1977 *Systematische Anthropologie*. (UTB 639) München: Wilhelm Fink.

SALAZAR, Ernesto

- 1981 "The Federación Shuar and the Colonization Frontier." In WHITTEN, Norman E. (ed.): *Cultural Transformations and Ethnicity in Modern Ecuador*, 589-613. Urbana: University of Illinois Press.

SCHRÖDER, Peter

- 1989 *Bilanz der Akkulturation bei den Indianern im Gebiet des Projektes Grande Carajás (Zentral-Brasilien)*. (Mundus Reihe Ethnologie, 26) Bonn: Holos.
- 1990 Resenha de Gomes (1988). In: *Anthropos*, 85, 601-602.
- 1991 "Zur Geschichte eines Landkonfliktes: Cana Brava in Maranhão." In: *Brasilien Nachrichten*, 109, 30-44.
- 1992 "Die Guajajara kämpfen um ihr Land." In: *Brasilien Nachrichten*, 111, 53-54.
- 1993 *União e Organização -- Zur Entstehung modernen indigenen Widerstands in Brasilien. Eine vergleichende Untersuchung anhand von Fallbeispielen*. (Mundus Reihe Ethnologie, 68) Bonn: Holos.
- 1994 "Kein Ende der Konflikte um das Land der Guajajara: Cana Brava 1991-1993." In: *Brasilien Nachrichten*, 115, 13-23.
- 1996a "Cana Brava e São Pedro dos Cacetes: um conflito em extinção." In RICARDO, Carlos Alberto (ed.): 449-452.
- 1996b Resenha de Neumann (1994). In: *Anthropos*, 91, 623-624.
- 1998 "Guajajara." (para *Enciclopédia Povos Indígenas no Brasil, volume 1 – Etnias*. São Paulo: Instituto Socioambiental; previsto para início de 2000; por enquanto: <http://www.socioambiental.org/povind>)

SERRANO, Fernando

- 1990 "Modernization in the Ecuatorian Amazon: Indigenous People's Political Responses to State Modernization Policies." In: *The Latinamericanist*, 26 (1), 6-11.

SMITH, Richard Chase

- 1984 "A Search for Unity Within Diversity." In: *Cultural Survival Quarterly*, 8 (4), 6-13.

2
2
2

- 1985 "A Search for Unity Within Diversity: Peasant Unions, Ethnic Federations, and Indianist Movements in the Andean Republics." In MACDONALD, Theodore: *Native Peoples and Economic Development: Six Case Studies from Latin America*, 5-38. (Occasional Paper, 16) Cambridge, Mass.: Cultural Survival.

TURNER, Terence

- 1991a "Representing, Resisting, Rethinking. Historical Transformations of Kayapó Culture and Anthropological Consciousness." In STOCKING, Jr., George W. (ed.): *Colonial Situations. Essays on the Contextualization of Ethnographic Knowledge*, 285-313. (History of Anthropology, 7) Madison: University of Wisconsin Press.
- 1991b "*Baridjumoko* in Altamira." In RICARDO, Carlos Alberto (org.): 337-338.
- 1993 "The Role of Indigenous Peoples in the Environmental Crisis: The Example of the Kayapó of the Brazilian Amazon." In: *Perspectives in Biology and Medicine*, 36 (3), 526-545.

VILAS, Carlos

- 1987 "Revolutionary Change and Multi-Ethnic Regions: The Sandinista Revolution and the Atlantic Coast." In CIDCA (Centro de Investigaciones y Documentación de la Costa Atlántica) & DSU (Development Study Unit): *Ethnic Groups and the Nation State: The Case of the Atlantic Coast in Nicaragua*, 61-100. Stockholm: University of Stockholm.

O autor:

Antropólogo; atualmente professor visitante do Departamento de Ciências Sociais e Filosofia da Universidade Federal do Ceará. Estudou antropologia, línguas românicas (português), sociologia e estudos africanos em Marburg, Köln (Colônia) e Bonn. M.A. 1988, Ph.D. 1993. Ensinou nas universidades de Marburg e Bonn e na Universidade Regional do Cariri (URCA) em Crato. 1994-95 gerente da AGEE (*Arbeitsgemeinschaft Entwicklungsethnologie*; Associação de Antropologia do Desenvolvimento) na Universidade de Köln. 1995-97 pesquisa de pós-doutorado no Cariri Cearense, como bolsista da DFG (*Deutsche Forschungsgemeinschaft*; Sociedade Alemã de Pesquisa). Pesquisa para a GTZ (*Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit*) no âmbito do Projeto Integrado de Proteção às Populações e Terras Indígenas da Amazônia Legal (PPTAL).